



Interincompreensão e argumentação no discurso

Otávia Marques de Farias

Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Av. da Abolição, 3, 62790-000, Redenção, Ceará, Brasil. E-mail: otavia@unilab.edu.br

RESUMO. Neste artigo, propomos uma reflexão teórica acerca das possibilidades de articulação entre o conceito de interincompreensão e o tratamento da argumentação na Análise do Discurso de linha francesa. Tomando como base Maingueneau (1983, 2005), entendemos a interincompreensão como ausência de compreensão mútua no interdiscurso. A argumentação, por sua vez, é considerada com base em Orlandi (1998) e Amossy (2006, 2007, 2011). A partir da constatação de que a interincompreensão estabelece a impossibilidade de um lugar discursivo acessar outro diferente de si, problematizamos qual seria, então, o papel da argumentação em uma teoria do discurso que não ignora o fato de ser a interpretação dos enunciados do 'outro' sempre uma tradução, realizada por meio das regras do 'mesmo'. Concluímos que a argumentação permanece desempenhando papel de extrema relevância, já que é ela que garante a sobrevivência de cada discurso (ainda que temporariamente), ao mesmo tempo em que participa da ordem da História, sendo esta a responsável pelas transformações nas respostas que se apresentam para satisfazer as vontades de verdade de dada sociedade, em dado momento. Para ilustrar, ao final, apresentamos um caso exemplar em que se evidencia a relação entre interincompreensão, argumentação e ordem da História.

Palavras-chave: polêmicas discursivas; dimensões argumentativas no discurso; ausência de compreensão mútua.

Interincomprehension and argumentation in discourse

ABSTRACT. In this paper, we propose a theoretical reflection about the possibilities of articulation between the concept of interincomprehension and the way of considering argumentation in French Discourse Analysis. Based on Maingueneau (1983, 2005), we understand interincomprehension as lack of mutual understanding in interdiscourse. Our perspective of argumentation, in turn, is taken from Orlandi (1998) and Amossy (2006, 2007, 2011). From the finding that interincomprehension establishes the impossibility of a discursive place to access another than itself, we problematize which would be argumentation's role on a discourse theory that does not ignore the fact that interpretation of utterances stated by the 'other' is always a translation, made through the rules of the 'same'. We conclude that argumentation still plays an extremely important role, since it is what ensures the existence of each discourse (even temporarily), while it also participates in History order, being this one responsible for changes in those responses that are provided to attend the truth aspiration of a given society at one point. To illustrate, in the end, we present an exemplary case in which the relation between interincomprehension, argumentation and history order is evidenced.

Keywords: discursive polemics; argumentative dimensions in discourse; lack of mutual comprehension.

Introdução

A Análise do Discurso de vertente francesa (doravante, AD), assim como várias outras áreas e abordagens inseridas nas chamadas Ciências da Linguagem (Amossy, 2011), tem tomado para si a tão complexa quanto relevante tarefa de refletir sobre a argumentação. A alegada complexidade diz respeito, sobretudo, aos diversos pontos de vista produzidos sobre o tema no âmbito dos estudos linguísticos. Com o propósito de ilustrar as polêmicas que constantemente se colocam quando o foco é o estudo da argumentação, selecionamos alguns dos aspectos mais recorrentes nas discussões a ela relacionadas e os expomos a seguir.

Em primeiro lugar, é possível citar a questão que envolve a definição da atividade argumentativa como estritamente linguística (no sentido em que o linguístico se identificaria a uma espécie de 'núcleo duro' oposto a uma periferia interdisciplinar) ou como efetivamente discursiva, o que traz uma série de implicações no que concerne à natureza e à amplitude dos objetos passíveis de ser analisados (Anscombre & Ducrot, 1988; Ducrot, 2009; Amossy, 2006; 2007; 2011).

Em segundo lugar, há a possibilidade de se considerar ser a argumentação fruto de arranjos linguísticos e/ou discursivos (a depender da vinculação teórica) especiais e, assim, algo que tanto

pode estar presente quanto não estar presente nos enunciados. Essa possibilidade se contrapõe àquela segundo a qual a questão se resolve a partir da noção de que todo enunciado, mesmo o que não expõe propósitos persuasivos, traz em si uma dimensão argumentativa, na medida em que é uma forma de influência sobre o interlocutor/enunciário (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996; Amossy 2006; 2007; 2011; Charaudeau, 2006).

Por fim, em terceiro lugar, situada a discussão acerca da argumentação no domínio dos estudos sobre o discurso, coloca-se ainda a problemática das fronteiras das investigações realizadas em relação a áreas outras que não fazem parte das Ciências da Linguagem, como a História e a Ciência Política. Nesse caso, a grande dificuldade, diante de um objeto como, por exemplo, cartas trocadas por diplomatas de diferentes países durante uma guerra, seria definir o que caracterizaria um exame da argumentação no discurso e o que extrapolaria esse limite, descambando para uma análise propriamente histórica ou política (Amossy, 2011).

Não nos estenderemos nesses debates por não serem eles o foco de nosso trabalho. Situados, como estamos, no lugar de fala da AD, só podemos nos posicionar alinhados com aqueles estudos que compreendem a argumentação como fenômeno que deve ser considerado de um ponto de vista discursivo, sob pena de se pôr de lado uma série de aspectos de suma importância para sua adequada análise. Além disso, consideramos também que a argumentação é dimensão presente em todos os enunciados, já que, mesmo quando não está explícita, encontra-se pressuposta, especificando lugares de fala e posicionamentos que direcionam e restringem as crenças e as possibilidades de resposta do enunciário. Por fim, entendemos que os limites entre o que é propriamente discursivo e o que extrapola essa fronteira e se instala, definitivamente, em áreas outras só podem ser definidos a partir do recorte do objeto e do estabelecimento do dispositivo metodológico pelo analista. Em última instância, é o trabalho deste que delimitará a investigação, com todos os riscos que se movimentar por uma área interdisciplinar, com fronteiras intrinsecamente fluidas, inclui.

Esclarecido nosso posicionamento geral com relação à argumentação, podemos passar adiante, ou seja, à reflexão acerca da articulação entre interincompreensão e argumentação. Conceito trabalhado por Maingueneau (1983; 2005) já há algumas décadas, a interincompreensão nos coloca diante de um desafio: trata-se de concepção bastante coerente e que nos ajuda a compreender bem o funcionamento das relações interdiscursivas; ao mesmo tempo, considerando-se ser ela aspecto

constitutivo dos discursos em relação, que lugar restaria à argumentação? Estariam os enunciadores definitivamente destinados a falarem somente a si mesmos e a seus pares, àqueles com quem compartilham o mesmo lugar discursivo? É sobre isso que teceremos nossas considerações nas próximas seções.

A interincompreensão generalizada

O conceito de interincompreensão foi proposto por Dominique Maingueneau na década de 80. A primeira vez que o termo foi utilizado na obra do autor foi em 1983, por ocasião da publicação de *Sémantique de la polémique*, livro não traduzido para o português até o momento. Nele, o teórico apresentava a concepção de polêmica como interincompreensão, tema que retomaria no ano seguinte, em *Genèse du discours* (obra traduzida para a língua portuguesa somente em 2005).

Em *Genèse du discours* (deste ponto em diante, *Gênese dos discursos*), o autor constrói uma perspectiva de semântica global para os discursos, fundamentada em seu processo de constituição. Segundo Maingueneau (2005), os discursos não se constituiriam independentemente uns dos outros para, somente depois, serem colocados em relação. Para ele, o próprio surgimento de um discurso dentro de um campo específico já estaria condicionado à relação, ou seja, somente as relações interdiscursivas seriam capazes de possibilitar o estabelecimento de um novo discurso.

Isso se dá porque, conforme a proposta do autor, cada discurso se constrói a partir de relações polêmicas com outros já existentes em um campo. Assim, um discurso se constituiria sempre como uma espécie de 'resposta' a discursos anteriores a ele, negando algum(ns), estabelecendo com outro(s) aliança ou mesmo permanecendo neutro com relação a mais outro(s) pertencente(s) àquele campo.

Para tratar disso, o pesquisador recortou um espaço discursivo para exemplificação. No caso, selecionou o espaço entre os discursos humanista devoto e jansenista, ambos do campo religioso cristão devoto, mais especificamente da França, considerados no período histórico em que os dois coexistiram: o século XVII. Segundo o autor, sendo o humanismo devoto anterior ao jansenismo, teria sido este a polemizar com aquele, no sentido de que seu estabelecimento se deu a partir das já referidas 'respostas' ao que existia previamente.

Vejamos o que nos diz o teórico sobre a interincompreensão que possibilita a existência de discursos distintos e a interação entre eles:

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição

de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de 'não compreender' o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno (Maingueneau, 2005, p. 103, grifo do autor).

Observe-se que o foco de atenção do autor, ao tratar da interincompreensão, é o espaço discursivo, ou seja, é nesse nível, o da relação entre dois discursos específicos, recortados de um mesmo campo, que a interincompreensão se dá. Outro ponto que merece atenção é o termo 'generalizada', com o qual o autor se refere ao fenômeno. Ao aludir assim à interincompreensão, o que o pesquisador está fazendo é esclarecer não se tratar de algo que ocorre somente de forma pontual, de algo com caráter de exceção, mas de um fato que sobrevém em qualquer relação interdiscursiva. Em outras palavras, essa ausência de compreensão mútua instauradora da polêmica existe em todo espaço discursivo, em toda relação entre discursos diferentes, portanto.

Dando continuidade a nossas ponderações acerca da citação, é necessário, ainda, pensarmos um pouco sobre a ideia de implicação entre enunciar segundo as regras de uma formação discursiva e não compreender os enunciados do Outro. Consideremos que Maingueneau (2005) propõe um modelo no qual cada discurso se encontra delimitado por uma grade semântica, constituída pelos semas, positivos e negativos, mais recorrentes e relevantes para aquele discurso. A partir daí, a interpretação dos enunciados do Outro (com inicial maiúscula sempre que definido pelo recorte do espaço discursivo) se dará como tradução através das pré-definições da grade semântica do discurso interpretante, geralmente feita com base nos semas de registro negativo presentes neste. Essa concepção de interpretação dos enunciados do Outro como tradução é defendida por Maingueneau nos seguintes termos:

Não há nenhuma razão para limitarmos o uso desse termo à opacidade entre línguas naturais distintas: no interior de uma mesma língua, existem por toda parte zonas de interincompreensão recíproca, e, por pouco que elas constituam sistema, pode-se pensá-las em termos de 'discurso' e de 'tradução'. Definimos assim regras de passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico (Maingueneau, 2005, p. 104, grifo do autor).

Para entendermos melhor esse processo de tradução de que o autor fala, tomemos um exemplo que ele mesmo apresenta. No capítulo 2 da *Gênese dos discursos*, o teórico expõe as grades semânticas do

discurso humanista devoto e do discurso jansenista. Nelas, especificam-se quais são os semas mais significativos para cada um dos dois discursos e, entre eles, quais são positivos e quais são negativos. Mais adiante, no capítulo 4 da mesma obra, é colocado um exemplo baseado nas grades semânticas já conhecidas. A situação é a de um enunciador humanista devoto que deve interpretar enunciado de um jansenista. Digamos que o enunciado em questão traga o sema /consistência/, que, na grade do jansenismo é positivo. Ora, na grade do humanismo devoto não há tal sema! Há, contudo, /dureza/, classificado negativamente. E é como /dureza/ que será traduzido aquilo que, no outro discurso, significava /consistência/.

Neste ponto, é válido lembrar um dos mais relevantes princípios da interdiscursividade: um discurso qualquer (podemos chamá-lo de Mesmo, como Maingueneau faz na *Gênese dos discursos*), que tomemos para investigação num espaço discursivo especificado, traz dentro de si seu Outro. Não se trata, porém, do Outro original, o Outro conforme o Outro se vê. Isso que o Mesmo traz dentro de si e que permite falar-se em interdiscurso é a interpretação do Outro de acordo com as regras da grade semântica do Mesmo. Trata-se, em última instância, de um simulacro do Outro, obra do Mesmo, ainda que este não saiba de sua incapacidade de acessar o Outro de forma direta. A respeito disso, vejamos, de modo a acrescentar alguns esclarecimentos:

A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como o indica seu nome, uma guerra de papel, e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro (Maingueneau, 2005, p. 115).

Evidencia-se, então, o porquê de a polêmica ser apresentada como interincompreensão. Charaudeau e Maingueneau (2004) associam o termo 'polêmica', enquanto substantivo, a disputa, conflito. No caso da *Gênese dos discursos*, polêmica é a própria relação que se estabelece entre discursos diversos que compartilham o mesmo campo discursivo e, por isso, podem ser investigados como espaço discursivo específico, lugar privilegiado forjado pelo gesto do analista, com o propósito de melhor examinar seu objeto.

Da última citação, algo fundamental deve ser deduzido e permanecer guardado: a polêmica,

enquanto flagrante da diferença, deve ser consequentemente assumida como flagrante da interincompreensão. Isso se dá porque aquilo que funda a diferença é exatamente o que fundamenta a ausência de compreensão mútua. Cada discurso, portanto, em seu processo de constituição, para garantir sua própria existência, seu próprio lugar, precisou tomar para si a impossibilidade de ocupar o lugar do Outro. Em decorrência disso, mesmo quando crê estar enunciando o enunciado do Outro (como ocorre em citações), o Mesmo enuncia a si próprio, uma vez que o efeito de sentido que o enunciado terá no lugar discursivo deste será completamente diferente do que teria se fosse enunciado a partir daquele, ou seja, de seu lugar original.

Considerando o que foi exposto sobre a interincompreensão até o momento, parece-nos impossível não retornar a questões colocadas no início deste trabalho: estariam os enunciadores definitivamente destinados a falarem somente a si mesmos e a seus pares, àqueles com quem compartilham o mesmo lugar discursivo? Que papel restaria, desse modo, à argumentação?

Esses problemas se colocam a partir do momento em que entendemos que a argumentação, de algum modo, seria sempre uma forma de influência, intencional ou não, sobre o outro. É importante também refletir sobre o fato de que, apesar de ser possível pensar uma argumentação no intradiscurso, nele, os posicionamentos não variariam. A argumentação teria seu lugar privilegiado, portanto, no interdiscurso. Como, porém, considerar a atividade argumentativa entre discursos, se cada um só tem acesso a si mesmo, interpretando o Outro com o que já traz dentro de si? Esses questionamentos se tornam ainda mais consideráveis quando lemos as seguintes palavras de Maingueneau:

Definimos assim regras de passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico. Projeto que não passa, no fundo, de uma conceptualização dos dizeres da sabedoria das nações, que costuma falar de 'diálogos de surdos' ou afirmar de adversários que eles 'não falam a mesma língua'. Pentecostes pervertido, no qual cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma (Maingueneau, 2005, p. 104, grifo do autor).

A polêmica, então, só pode ser estéril, resolvendo-se no afrontamento de dois universos incompatíveis (Maingueneau, 2005, p. 117).

O autor faz menção à sabedoria das nações, que, como se pode inferir, remete à sabedoria popular, ao senso comum, que, conforme se sabe, é historicamente constituído e compartilhado. É bastante forte a imagem à qual recorre para tratar da interincompreensão: um

diálogo de surdos. A referência ao Pentecostes bíblico também é significativa. Diz respeito à descida do Espírito Santo, 50 dias após a páscoa, quando os apóstolos estavam reunidos. Cada um deles ficou cheio do Espírito Santo e passou a falar uma língua diferente, conforme o Espírito concedia. Essa história é contada na Bíblia, no livro do Novo Testamento chamado *Atos dos apóstolos* (Bíblia, 2008). O Pentecostes pervertido, assim, seria a metáfora para a interincompreensão, já que, no estabelecimento desta, como em Pentecostes, cada uma falaria uma 'língua'.

A esterilidade da polêmica como interincompreensão e a defendida incompatibilidade entre discursos diferentes também levam a pensar sobre o papel que restaria à argumentação em uma configuração como essa. Tanto mais porque o modelo baseado na interincompreensão é bastante coerente e bem construído.

Fundamentando-nos em tudo o que foi aqui colocado, no tópico a seguir refletiremos sobre a problemática da relação de coexistência entre interincompreensão e argumentação.

Com a interincompreensão, que papel resta à argumentação?

Até este ponto, consideramos a argumentação, de forma simplificada, como uma dimensão dos enunciados que, de algum modo, influencia, direciona ou restringe o ponto de vista do enunciatário. É necessário, porém, que refinemos o conceito. Para isso, apreciaremos as discussões levadas a cabo por duas autoras relevantes para a AD: Amossy (2006; 2007; 2011) e Orlandi (1998).

Diz-nos Amossy (2007, p. 127):

Invocando a retórica no sentido de arte de persuadir tal como ela se desenvolveu de Aristóteles a Perelman, ela [a teoria da argumentação no discurso] concede um lugar central ao *logos* em sua relação com o *ethos* e o *pathos*. Ela mantém, portanto, no centro do dispositivo comunicacional, a força conferida à fala pelo raciocínio e a faculdade de exercer uma influência fazendo com que ele seja compartilhado. Desse modo, ela baseia-se no estudo dos tópicos, dos esquemas argumentativos e dos tipos de argumentos de que o discurso faz uso para justificar um ponto de vista e torná-lo aceitável aos olhos do interlocutor.

É perceptível, na perspectiva de Amossy (2007), o que já ficara evidente antes, em Amossy (2006): para a autora, a construção de uma teoria da argumentação no discurso parte da retomada da Retórica, de um aproveitamento dos conceitos desta, reformulados com base nos princípios da AD. Somente assim faz sentido falar em *logos*, *ethos* e *pathos*, categorias da antiga Retórica grega,

correspondentes, respectivamente, ao poder do raciocínio delineado, à força da imagem de si mesmo que o locutor projeta para sua audiência e à eficácia de se alcançar as emoções do auditório. A retomada da Retórica defendida pela autora, vale reforçar, precisa estar plenamente integrada ao âmbito da AD. A própria Amossy (2007, p. 144) cita Maingueneau (2005, p. 65, grifo do autor), em sua afirmação de que "[...] a análise do discurso implica uma 'ordem do discurso' irredutível ao dispositivo retórico".

Assim, a autora trata da argumentação, aproveitando-se, para isso, de concepções da Retórica, mas o faz de modo que tais noções sejam ressignificadas a partir de um ponto de vista discursivo. Defende, então, ser a argumentação no discurso um ramo da AD (Amossy, 2007), uma vez que seu funcionamento só pode ser compreendido e explicado através da investigação de como os elementos linguageiros mobilizados em sua construção se inscrevem no discurso.

Nesse sentido, Amossy (2007) indica dois pontos que situam a argumentação no discurso como uma área de interesse própria da AD: 1) a argumentação se inscreve na materialidade da linguagem, participando do funcionamento do discurso; 2) os aspectos que envolvem as maneiras como a argumentação funciona somente são passíveis de ser examinados no entrecruzamento do linguístico e do social. A respeito disso, a teórica acrescenta:

Para reencontrar o funcionamento argumentativo do discurso, é preciso levar em conta todos esses elementos linguageiros: é preciso observar como os esquemas e os argumentos lógicos ou, segundo a terminologia de Perelman, quase-lógicos (eles não concernem à lógica formal) inscrevem-se no discurso em todos os seus níveis. É preciso assim levar em conta o gênero de discurso com suas regras, sua distribuição prévia de papéis, suas restrições frequentemente tácitas, e observar como a troca (real ou virtual) articula-se sobre o socioinstitucional. Pode-se, assim, considerar a argumentação na materialidade linguageira e no espaço social, cultural e institucional, que lhe conferem sua densidade e sua complexidade (Amossy, 2007, p. 132).

Conforme se observa no trecho acima, é exatamente a característica mais geral que se atribui às teorias do discurso, ou seja, o fato de terem um objeto que se constitui na confluência entre o linguístico e o social, que coloca a argumentação como um ramo da AD, já que ela (a argumentação), segundo a autora, apresenta-se como algo que se realiza justamente nessa confluência e, conseqüentemente, só pode ser estudado apropriadamente se for levada em conta toda essa complexidade.

Neste ponto, é válido considerar que, para Amossy (2011), existe uma diferença entre intenção

argumentativa e dimensão argumentativa. Enquanto aquela diria respeito ao uso programado, por parte do locutor, de estratégias com fins persuasivos, esta se referiria à característica comum a todos os discursos de direcionar, de orientar a compreensão e as conclusões do interlocutor. O que isso significa é que todo texto, para a autora, conduziria de algum modo as formas de ver daqueles que o acessam. Mesmo um texto que se apresente como meramente informativo, através da seleção do que dizer e de como dizer, terá um viés direcionador, em função de sua dimensão argumentativa.

Existiria, desse modo, em todo texto, um caráter de 'resposta' a outros textos, com posicionamentos discursivos diferentes, mas isso não se daria de forma explícita; existiria, apesar de a autora não utilizar esse termo, um aspecto argumentativo 'constitutivo' em cada enunciado produzido. A intenção argumentativa, por sua vez, apareceria em uma parcela dos textos, naqueles em que fosse evidente a existência de um conflito de ideias e o uso tático de formas de convencimento e produção de adesão por parte do locutor.

Aqui, vale a pena retomar algo que aparece na primeira citação da autora neste artigo: o destaque dado por ela ao *logos* na construção da argumentação. Na concepção de Amossy (2007), é essencial a relação estabelecida entre argumentação e persuasão, pois, para ela, essa relação é evidenciadora do fato de que a atividade argumentativa tem como objetivo final o compartilhamento de um raciocínio, a exposição de um ponto de vista de forma que ele se torne aceitável ao enunciatário.

É possível afirmar, em um gesto sintetizador, que Amossy (2006; 2007; 2011) entende a argumentação como tentativa de reorientação, de modificação ou de reforço, através da linguagem, da visão das coisas que o enunciatário possui. No dizer da própria autora, trata-se da "[...] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir" (Amossy, 2011, p. 130). Isso inclui tanto a dimensão quanto a intenção argumentativa, sendo a intenção passível de ser flagrada, enquanto a dimensão, por seu caráter constitutivo, não o é.

Convém chamar a atenção para as possibilidades de atuação da argumentação abertas pela autora. Ao dizer que a argumentação pode ser reorientação, modificação ou reforço, a teórica nos coloca diante da possibilidade de se argumentar no interdiscurso ou no intradiscorso. Quando se argumenta no interdiscurso, busca-se uma modificação de visão das coisas, mas tem-se como resultado a interincompreensão. Como exemplo disso, pensemos na fala do deputado federal Jair Messias

Bolsonaro, que afirmou ser justo as mulheres ganharem salário menor porque engravidam¹. Considerando o que foi exposto na seção anterior deste trabalho, a partir de outro lugar discursivo, não coincidente com o discurso capitalista e sexista do qual enuncia o sujeito em questão, a concepção do que é 'justo' presente na fala do deputado poderia ser traduzida exatamente como seu oposto. O fato é que, como já foi colocado anteriormente, compreender no interdiscurso é traduzir, o que, conforme estamos discutindo, inviabilizaria as tentativas de persuasão em âmbito interdiscursivo, considerando-se que cada sujeito traduz o dizer do 'outro' a partir das regras do 'mesmo'.

Diferentemente, ao considerar a possibilidade de a argumentação se dar como reforço de uma visão das coisas, Amossy (2011) abre espaço para se falar, com propriedade, em argumentar no intradiscurso. Nesse caso, a argumentação funcionaria como modo de garantir a permanência de um discurso. É o que ocorre, por exemplo, quando os interlocutores de Bolsonaro são os que enunciam dos mesmos lugares discursivos que ele. Nesse caso, porém, a argumentação não se configuraria como uso efetivo de formas de persuasão. Haveria muito mais um simulacro de convencimento, alcançado através da confirmação da adesão por parte daqueles que já concordavam antes.

Vale ressaltar que, conforme Amossy (2011, p. 130):

É preciso ainda considerar aqui a questão da divergência de pontos de vista, que está na base da argumentação. Essa só surge, de fato, quando é possível haver uma discordância, ou, no mínimo, uma forma alternativa de ver as coisas. Como já sublinhava Aristóteles, não se argumenta sobre o que é evidente – nesse caso, sobre o que, numa determinada comunidade, parece ser evidente e oferecer-se como a única resposta possível a uma pergunta.

Esse trecho da autora vai diretamente ao encontro da noção de campo discursivo. Nele, como já colocado, são feitos os recortes pelo analista, de modo a ter-se os espaços discursivos para se proceder às investigações. Esses dois lugares discursivos diversos que compõem o espaço discursivo recortado, o interdiscurso selecionado, apresentarão respostas diferentes para as mesmas perguntas. Trata-se, desse modo, do lugar por excelência da polêmica, da interincompreensão e, por consequência, do 'diálogo de surdos', da

impossibilidade radical de compreensão do dizer do Outro.

Até o momento, refletimos sobre as contribuições de Amossy (2006; 2007; 2011) acerca da argumentação e as possíveis implicações que tal perspectiva pode trazer para a articulação desta com a noção de interincompreensão. Consideramos que os principais pontos da proposta da autora para este trabalho são a defesa da argumentação como busca por adesão e a afirmação de que a argumentação tanto pode operar para alcançar modificação quanto reforço (o que corresponde, conforme propusemos, a argumentar no interdiscurso ou no intradiscurso, respectivamente). Observamos também os questionamentos que podem ser suscitados a partir daí, confrontando-se o que propõe Amossy (2006; 2007; 2011) à concepção de interincompreensão. Vejamos, a partir de agora, o que nos coloca Orlandi (1998) sobre a argumentação.

As reflexões de Orlandi (1998) que aqui tomamos são anteriores às que apresentamos a partir de Amossy. Apesar disso, cremos serem estas ainda mais produtivas para este trabalho e mais diretamente relacionadas ao raciocínio que delineamos. O conceito de argumentação adotado pela autora é baseado em uma AD de filiação pecheutiana, comprometimento teórico já sinalizado desde o início de seu texto:

Sem entrar na consideração da maior ou menor importância do fato de linguagem que é argumentar, visamos mostrar alguns aspectos que caracterizam o estatuto e o lugar da argumentação na Análise de Discurso a que nos filiamos. Isso implica em falar da argumentação, pensando-se os sujeitos, o político, a história e a ideologia. Enfim, o discurso (Orlandi, 1998, p. 73).

É válido salientar que, ao falar em 'político', a autora não se refere especificamente aos enunciados produzidos por sujeitos envolvidos em política partidária. O político, conforme explica, relaciona-se à divisão do sentido, divisão esta que

[...] tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história (Orlandi, 1998, p. 74).

Desse modo, sendo o sentido dividido de acordo com as relações histórico-sociais estabelecidas e em processo, conclui-se que todo discurso, nessa acepção, seria político.

A partir daí, compreende-se melhor o que a autora diz ao afirmar a existência de noções que se encontram na base do mecanismo da argumentação e que, além disso, executam importante função ao articular a linguagem, a ideologia e o político: a noção de antecipação e a noção de esquecimento.

A antecipação está diretamente relacionada às condições de produção, tão relevantes para a AD de

¹ Em entrevista ao jornal Zero Hora, em dezembro de 2014. As palavras exatas do deputado foram: "Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." [...] Por isso que o cara paga menos para a mulher! É muito fácil eu, que sou empregado, falar que é injusto, que tem que pagar salário igual. Só que o cara que está produzindo, com todos os encargos trabalhistas, perde produtividade. [...] Eu sou um liberal, se eu quero empregar você na minha empresa ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar isso, que procure outro emprego" (Foster, 2014).

filiação pecheutiana à qual a pesquisadora se vincula. As condições de produção corresponderiam, grosso modo, a formações imaginárias de natureza discursiva, que possibilitariam as previsões de que Orlandi (1998) trata. Seriam representações que o enunciador faz de si, de seu enunciatário, da imagem que o enunciatário faz de si mesmo e da imagem o enunciatário faz dele (enunciador). Esse jogo de antecipações que comporia a argumentação só seria possível, justamente, pela existência de lugares representados através do discurso, e haveria, segundo Pêcheux (1997), regras de projeção, presentes nos mecanismos de todas as sociedades, responsáveis por relacionar situações (objetivamente definíveis) a posições (representações dessas situações) nos discursos.

Vale lembrar que essas representações estão associadas aos papéis sociais desempenhados pelos sujeitos, mas que elas não se confundem com os lugares objetivos da estrutura social. É pertinente, portanto, insistir no caráter de 'representação' desses lugares no discurso, isto é, no fato de que sua presença se dá aí a partir de sua transformação em processos discursivos.

Considerando o aspecto da antecipação, a argumentação, para a teórica, está diretamente ligada à previsão, isto é, são as antecipações de imagens colocadas em jogo nas interações discursivas que constroem o funcionamento discursivo da argumentação, uma vez que as estratégias mobilizadas no discurso se encontram fundadas nessas previsões. A função da argumentação, a partir daí, pode ser transformar o interlocutor ou identificar-se com ele, o que importa é que, do ponto de vista discursivo, para argumentar, uma das condições essenciais é prever.

Além desse aspecto da antecipação, há, na base da argumentação, conforme dito, o esquecimento. Tal faceta do funcionamento discursivo atrela-se aos mecanismos da chamada memória discursiva, sendo esta a responsável, no intradiscurso, pela circulação do anteriormente formulado e, no interdiscurso, pelo estabelecimento do Outro, a partir dos modos do Mesmo de lidar com a presença dessa 'exterioridade', engendrando traduções dos enunciados produzidos em lugares discursivos contíguos.

A atuação do esquecimento na ordem intradiscursiva, ao mesmo tempo em que apaga a memória do sujeito quanto a não ser ele origem do seu dizer, ou seja, quanto à ausência de novidade no que enuncia, permite também a permanência do discurso, que se dá através das repetições perpetradas por sujeitos tomados pela ilusão de que enunciam algo inédito. No dizer de Orlandi (1998, p. 77), "O sujeito é um sujeito histórico, posição que se produz entre outras, entre diferentes discursos em uma

relação regulada com a memória do dizer, trabalhada pelo esquecimento."

Dentro de suas ponderações acerca do esquecimento, Orlandi (1998) trata de algo especialmente interessante para esta pesquisa: a diferenciação entre o plano da constituição e o plano da reformulação. A autora identifica este ao intradiscurso, enquanto estabelece correspondência entre aquele e o interdiscurso. Assim, deixa claro que o que se dá dentro de um mesmo discurso é sempre da instância do já-dito, ou seja, dos dizeres possíveis que alimentam as repetições e a manutenção desse discurso. As relações interdiscursivas, diferentemente, são o que forja a existência de um discurso e constrói dentro deste a existência dos demais discursos.

É neste ponto que as reflexões da autora se encontram de modo bastante direto com o que nos propomos discutir neste trabalho. Segundo Orlandi (1998, p. 78), no plano da formulação, ou seja, do intradiscurso:

As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem no entanto sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido.

E, com relação, ao plano da constituição, isto é, do interdiscurso, acrescenta:

A posição do sujeito é a mesma, apesar do jogo da argumentação na sua variedade porque se trata de diferentes elementos da formulação mas que não mudam nada na posição discursiva do sujeito em sua relação simbólica com a histórica. Não há deslocamentos no nível da constituição para que haja um novo sentido, uma outra posição do sujeito. [...] O que estamos dizendo é que a argumentação não muda em nada a posição do sujeito (Orlandi, 1998, p. 80).

Articulando, a partir disso, as contribuições do que estamos discutindo acerca da perspectiva discursiva da argumentação com a noção anteriormente apresentada de interincompreensão, colocamos mais uma vez a questão central deste trabalho: o que se poderia, então, dizer da argumentação como forma de reorientar, de modificar pontos de vista, já que, nesse caso, estaríamos no âmbito do interdiscurso e, assim, diante da interincompreensão constitutiva e fundadora da diferença? O que poderia a argumentação em sua função persuasiva se, no intradiscurso, serve para repetição de já-ditos e manutenção do discurso e, no interdiscurso, não alcança a mudança de posição dos sujeitos, já que a interincompreensão impossibilita o acesso do Mesmo ao Outro fora de suas próprias

traduções? Como seria possível deslocar um discurso, produzir alterações radicais, realizar mudanças de curso significativas?

A resposta para questionamentos da natureza dos que temos colocado neste trabalho começa a se delinear a partir de uma leitura atenta de determinados pontos de Maingueneau (2005). Apesar de não apresentar uma resposta definitiva e inequívoca para essas questões relacionadas à argumentação, uma vez que não é esse o objetivo da obra que enfocamos, o autor apresenta esclarecimentos sobre a interincompreensão que nos sugerem uma saída. Nas palavras de Maingueneau (2005, p. 118):

A evidência que produz adesão vem de outro lugar, e é essa a própria condição de possibilidade do conceito de discurso: que haja momentos e lugares para os quais uma configuração de sentido possa ser reconhecida por um conjunto de sujeitos como o Todo da verdade.

Existe, portanto, um mecanismo que, ao mesmo tempo em que não pode ignorar a interincompreensão, atua paralelamente a ela. Mais que isso, é possível afirmar que tal mecanismo impõe-se à discursividade, reconfigurando-a, a partir de uma força que parece sobreviver à polêmica, encerrando-a. É dela que o teórico fala ao se referir à 'evidência que produz adesão', oriunda de outro lugar.

Evoquemos, aqui, Foucault (2003) e o que propõe em termos de 'vontade de verdade' (termo que está, inclusive, na penúltima citação de Orlandi que fizemos), apresentada pelo filósofo como um sistema de exclusão, como uma vontade de saber que define aquilo que se classifica como verdadeiro ou falso em certa conjuntura. Não é difícil concluirmos que diferentes conjunturas históricas trazem consigo diferentes discursos concebidos como verdadeiros, que especificam o dizer legítimo, ou seja, o que pode e deve ser dito.

Podemos perceber, olhando para o passado, que o discurso tomado como verdadeiro em um momento, submetendo toda uma sociedade a certo regime de medo, justiça e divisão de papéis, foi completamente deixado de lado em momento diverso, com condições também diversas. As próprias alterações na forma de conceber/fazer ciência, que podem ser entendidas como fruto de descobertas, devem, ainda, ser compreendidas como mudanças de direção resultantes de novas vontades de verdade, devidas a um contexto diferente.

A argumentação, então, não seria reduzida a fenômeno estéril, já que as mudanças de direção, as adesões, efetivamente ocorrem. O que se deve levar em conta é que, como já sugerido por Maingueneau (2005), a instauração da polêmica se repete continuamente para garantir a própria existência de

um discurso, que mascara sua vulnerabilidade ao construir, a partir de seus enunciados, o simulacro de que detém todas as respostas necessárias, ou melhor, de que é, ele mesmo, resposta para todas as perguntas que se possam colocar.

Segundo Maingueneau (2005, p. 118-119), "Um discurso não é abandonado porque um texto lhe aplicou um golpe fatal, mas porque alguma coisa abalou tudo o que o sustentava silenciosamente e a crença se transferiu para outros lugares."

Nesse sentido, é necessário esclarecermos que o 'alguma coisa' a que o autor se refere é da ordem da História. Orlandi (1998, p. 80, grifo do autor) já havia sinalizado que "Encontrar um outro 'lugar' nesse discurso, deslocá-lo, produzir uma deriva, construir outros sentidos seria atingir sua historicidade."

Por esse motivo mesmo é que o teórico faz questão de enfatizar ser o historiador conhecedor do fato de não serem as controvérsias (ao menos não somente elas) o que decide a vitória ou a derrota.

A título de exemplo, podemos citar as 95 teses de Lutero, fixadas, em 31 de outubro de 1517, na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha. Para muitos, as 95 teses são o marco da Reforma Protestante. Não é raro, na verdade, que professores da disciplina escolar de História ensinem a seus alunos terem sido elas, as teses, as responsáveis pelo início oficial do Protestantismo. Reduções de ordem didática à parte, é de fundamental importância considerarmos que, somente com um catolicismo – enquanto manifestação dominante do cristianismo – já em declive, a influência das 95 teses se deu de forma tão eficaz.

Pode-se dizer, portanto, que a argumentação presente nos discursos, enquanto partícipe da ordem da História e nela articulada, é parte das transformações e, consequentemente, das produções de adesão resultantes das mudanças de rumo. Não se pode, porém, como já deve ser depreendido de tudo o que foi apresentado, considerar que a argumentação em si, tomada isoladamente, possa funcionar como produtora de adesão, caso se leve em consideração também o funcionamento da interincompreensão enquanto fenômeno constitutivo do interdiscurso. Buscando deixar isso mais claro, vejamos o que assevera Maingueneau (2005, p. 119-120, grifo do autor):

A 'vida' de um discurso, a geração de enunciados inéditos que fazem parte de seu sistema de restrições é, pois, o fato de ser considerado o Todo da verdade de um campo por uma comunidade de crentes. Para esses adeptos, é evidente que sua força de persuasão provém de sua conformidade com a natureza das coisas; entretanto, basta que se produza em sua ancoragem um deslocamento para outras redes da sociedade, e os livros encalharão no estoque, os enunciadores desaparecerão uns após os outros,

abrindo a porta a todas as nostalgias. Assim, esse discurso pensado por seus zeladores como pura interioridade vivia apenas de seu exterior, com o qual se enredava obscuramente. Isto que dizer que este Terceiro neutro, cuja existência o debate supõe para dele apropriar-se, esse Terceiro, que se imaginava que reduzisse o Outro ao silêncio, enunciando o Justo, no qual coincidem o Verdadeiro e o Legítimo, não é, finalmente, nada mais que a História, a mesma que suscitou a polêmica.

Dáí, concluímos que a argumentação garante, internamente, a sobrevivência de um discurso. Na relação deste com o que lhe é exterior (e a que se encontra imbricado), a argumentação se insere na ordem da História, participando, em certa medida, dos deslocamentos efetivados na 'ancoragem'.

O 'Terceiro neutro', mencionado pelo autor, aponta para a instância de superação da polêmica, para aquilo que, em um espaço de conflito interdiscursivo, apresenta-se, em certo momento, como a solução, que pode se dar na forma da 'vitória' por parte de um dos lados da polêmica ou mesmo na composição de uma formulação completamente nova. O que definirá as feições desse 'Terceiro neutro', mais uma vez, encontra-se na ordem da História.

Interincompreensão, argumentação e a ordem da História: um caso exemplar

Para ilustrarmos o que defendemos em nossa conclusão do tópico anterior, teceremos algumas considerações acerca de um caso que consideramos exemplar na relação entre interincompreensão, argumentação e ordem da História: a carta-testamento de Getúlio Vargas, levada a público em 24 de agosto de 1963, data da morte do então presidente.

Faz-se mister esclarecer que não entraremos aqui em questões há muito debatidas e talvez impossíveis de serem respondidas: teria sido realmente Getúlio o autor da carta? A carta teria sido escrita no dia de sua morte ou preparada ao longo dos dias que antecederam o suicídio? O texto apresentado ao público seria uma carta forjada por outros e colocada em substituição à real, tendo esta permanecido em poder exclusivamente da família? Teria sido elaborada após o suicídio com o intuito de eliminar a possível pecha de covarde que cairia sobre um presidente que se entregara à fuga da humilhação via suicídio? Na verdade, todas essas perguntas são especulações e, conforme dito, não há respostas definitivas para elas. Por esse motivo, não as levaremos em consideração.

O que nos importa examinar aqui são outros aspectos, que expomos deste ponto em diante. A carta-testamento de Getúlio é documento que já foi estudado por vários pesquisadores, de diferentes áreas e com distintos objetivos. Alguns desses

trabalhos se dedicaram a analisar, a partir de alguma perspectiva no âmbito dos estudos linguísticos, os processos argumentativos presentes no referido texto. É o caso, por exemplo, de Oliveira (2013), Catelão (2014) e Figueiredo (2015). Esses trabalhos partiram da existência, na carta, de mecanismos de argumentação que atuariam no sentido de persuadir os leitores e colocar a audiência em posição favorável ao que se expunha no documento. Em outras palavras, a carta teria a função argumentativa como preponderante, pois pretendia convencer as pessoas a crer em certas ideias e a agir de certas maneiras.

Muito também já se disse a respeito dos efeitos da carta-testamento. No site do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por exemplo, há trechos de um discurso de Leonel Brizola², quando em campanha para a eleição para prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 2000, no qual aborda a importância do documento deixado por Getúlio Vargas. No site, lemos os seguintes trechos do discurso de Brizola:

Ele entregou a carta-testamento para João Goulart e mandou que ele saísse daqui, porque ele achava que eles iam destruir a carta-testamento. Mas houve ação de muitos companheiros naquela hora, e fizeram a Rádio Nacional ler a Carta-testamento. Bom, foi um estouro. [...] Vocês sabem que o povo saiu em fúria pelas ruas, por toda a parte, quebrando tudo. Compreendeu? Quebrando tudo. Quebraram os jornais inimigos, os jornais de Chateaubriand; queimaram consulados americanos; o que era firma americana, quebraram tudo, incendiaram. O próprio Exército só depois, mais tarde (quando amainou um pouco a situação) é que saiu nas ruas (Partido Democrático Trabalhista, 2016).

A situação de Getúlio Vargas à época do suicídio era complexa. Encontrava-se isolado do Congresso em decorrência de decisões políticas tomadas sem a ampla participação deste, destacando-se aí a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. O capital internacional encontrava-se bastante insatisfeito com as ações de seu governo, e a oposição utilizava fatos, como o atentado da rua Tonelero, para instigar a opinião pública contra o presidente. Acuado e, naquele momento, sem o apoio do povo, Vargas pressentia que seria deposto e entendia que o golpe que seu governo sofreria cairia sobre ele como uma humilhação. O suicídio e a carta-testamento foram a culminância desse cenário.

Teria, porém, sido a carta (e os argumentos nela contidos), como muitas vezes se lhe atribui, a responsável pela mudança de ponto de vista da opinião pública acerca do presidente e de suas ações

² Recuperado de <http://www.pdt.org.br/index.php/carta-testamento-de-getulio-vargas-63-anos-de-um-marco-nacional/>

políticas? Teria o documento tido o poder persuasivo de fazer com que o povo, antes em suspeição quanto a Vargas, mudasse de opinião e saísse às ruas em fúria, como afirmou Brizola?

Lemos, em interessante trabalho de Mello (2002, p. 168-169):

A história nos mostra que Getúlio apostou certo. Os leitores empíricos leram sua Carta com uma proposta de ação, de continuação da luta pelas conquistas sociais, contra os que só visavam os lucros e espoliavam o país. Se o objetivo da Carta foi intimidar e/ou chantagear o povo a fazer algo pelo Brasil, Getúlio Vargas conseguiu o que queria: entrou para a História, adiou por dez anos o golpe militar, passou a responsabilidade da luta pelas conquistas sociais ao povo brasileiro.

Mas seriam os argumentos contidos na carta os responsáveis pela mudança de ponto de vista do povo e por tudo o que se seguiu? Mais uma vez, defendemos aqui, conforme Orlandi (1998), que as alterações no plano da constituição, ou seja, do interdiscurso, provêm da ordem da História. Certamente, a argumentação construída na carta-testamento foi participante da ordem da História que possibilitou as transformações ocorridas. Ela em si, porém, não seria suficiente para isso.

Ponderemos um pouco a esse respeito. A carta, no intradiscurso, compõe-se de dois grandes discursos principais: o nacionalista e o religioso judaico-cristão. O nacionalista se manifesta, ao longo de todo o documento, na insistente ideia de que 'forças' ou 'interesses' externos obrigam o presidente ao ato de tirar a própria vida. O religioso judaico-cristão aparece nas várias referências feitas a seu suicídio como um 'sacrifício' em prol do povo, à entrega de Vargas, de seu 'sangue', para que o povo tivesse condições de lutar e não permitir que as pressões estrangeiras e os interesses das elites brasileiras subjugassem o país e sua população trabalhadora.

No interdiscurso, a principal relação, segundo Mello (2002), é com o discurso histórico brasileiro. Assim, o que a argumentação do texto busca alterar, em última instância, é a própria interpretação acerca do governo Vargas, das ações do presidente e de seu suicídio. Não se pode perder de vista, contudo, o que sabemos sobre a interincompreensão: somente do mesmo lugar onde se dá a articulação entre o discurso nacionalista e o discurso religioso judaico-cristão, presente no documento, é que a carta seria entendida através das mesmas regras a partir das quais foi composta. É a ideia reforçada por Orlandi (1998) de que a argumentação somente atua de forma direta na formulação (no intradiscurso), e não na constituição (no interdiscurso).

De onde, portanto, surgiu a adesão que permitiu a deriva discursiva e, conseqüentemente, teve a força de mobilizar o povo e adiar em dez anos o golpe militar? Essa alteração de curso veio, principalmente, de mudanças que atingiram a historicidade, de vontades de verdade que se constituíram lentamente no decorrer do tempo e que encontraram, no turbilhão de acontecimentos daquele momento histórico (que inclui a carta-testamento), as respostas que permitiram os deslocamentos discursivos que, sim, mudaram o discurso histórico brasileiro.

É provável que tais vontades de verdade envolvam muitas coisas, como o desejo por uma figura mítica que se apresente como salvadora da nação, a história de exploração dos trabalhadores do Brasil e o anseio por uma nova configuração das relações de poder, a tradição de espoliação da nação brasileira por povos estrangeiros e a aspiração de certos setores da sociedade a outra posição, a crença na renúncia à vida como o sacrifício máximo (isto é, a ideia de que, se alguém entrega dessa forma sua vida, suas intenções só podem ser realmente as mais nobres possíveis), entre tantas outras possibilidades que iam ao encontro do momento histórico em que se deu a produção da carta-testamento de Getúlio Vargas. O fato é que os diversos acontecimentos desse período, e não simplesmente a argumentação presente na carta-testamento, compuseram e atingiram a ordem da História, engendrando deslocamentos discursivos capazes de alterar o discurso da história brasileira.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas tiveram por escopo específico problematizar o papel da argumentação, a partir do momento em que se leva em consideração o funcionamento da interincompreensão, base para a semântica global proposta por Maingueneau na década de 80.

Apesar de o autor ter optado por se concentrar, posteriormente, no desenvolvimento de outros conceitos, não tendo sido a interincompreensão tão explorada quanto poderia, assumimos, neste trabalho, sua validade e coerência dentro de uma perspectiva de discurso alinhada com a AD francesa, do modo como esta se configura atualmente.

Levamos também em conta as contribuições de Amossy (2006; 2007; 2011) e de Orlandi (1998) acerca da argumentação enquanto busca por influência sobre as crenças e o dizer de outrem, para a primeira, e jogo de antecipações e esquecimentos, com funcionamentos diversos no nível da formulação e no nível da constituição, para a segunda. Observamos que Amossy, embora abra espaço para reflexões acerca da diferença

que há entre argumentar no interdiscurso e no intradiscurso, não estabelece ponderações a esse respeito. Já Orlandi o faz de forma direta e assaz pertinente, razão pela qual tomamos suas proposições como mais diretamente produtivas para este trabalho.

Constatamos que argumentar permanece como fazer linguageiro em busca de adesão, embora essa adesão não funcione de forma tão simples e direta como podem levar a crer certas proposições teóricas. A partir de sugestões apresentadas por Maingueneau (2005), compreendemos que a interincompreensão, ainda que instauradora do que o autor mencionou como 'diálogo de surdos', não invalida o poder da argumentação, uma vez que esta detém função preponderante na sobrevivência dos discursos, além de participar da ordem da História, que promove as modificações mais evidentes nas respostas oferecidas às vontades de verdade de dada sociedade, em dado momento.

Para finalizar, é importante deixar claro que, com nossas ponderações, não pretendemos esgotar a problemática ou apresentar para ela uma solução definitiva. O objetivo geral que tínhamos era o de resgatar um conceito, o de interincompreensão, e buscar articulá-lo com a concepção discursiva de argumentação, de modo a lançar questionamentos e possíveis caminhos para a construção de respostas. Consideramos que, na medida do que nos propusemos para este trabalho, esse objetivo foi alcançado.

Referências

- Amossy, R. (2011). Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A-Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 1(1), 129-144.
- Amossy, R. (2006). *L'argumentation dans le discours*. Paris, FR: Colin.
- Amossy, R. (2007). O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e linguística portuguesa*, 9(1), 121-146.
- Anscombre, J. C., & Ducrot, O. (1988). *L'Argumentation dans la langue*. Liège, FR: Mardaga.
- Bíblia. (2008). *Atos dos Apóstolos*. Rio de Janeiro, RJ: King Cross Publicações.
- Catelão, E. M. (2014). Revelando motivos: análise retórica da carta-testamento de Getúlio Vargas. *Revista de Letras*, 16(19), 1-22.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso político*. São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, SP: Contexto.
- Ducrot, O. (2009). Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, 44(1), 20-25.
- Figueiredo, M. F. (2015). A intertextualidade como argumento de autoridade: o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas. *Estudos linguísticos*, 44(3), 1386-1394.
- Foster, G. (2014). *Bolsonaro diz que não teme processos e faz nova ofensa: "Não merece ser estuprada porque é muito feia"*. Recuperado de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-Nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-4660531>
- Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.
- Maingueneau, D. (2005). *Gênese dos discursos*. Curitiba, PR: Criar.
- Maingueneau, D. (1983). *Semantique de la polemique: discours religieux et ruptures ideologiques au XVIIIe siècle*. Lausanne, CH: L'Age d'Homme.
- Mello, R. (2002). Formação discursivo-ideológica e condições de produção na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. *Calígrama*, 7(2), 161-171.
- Oliveira, D. R. (2013). Argumentação, linguagem e história: sentidos à carta testamento de Vargas. *Línguas e instrumentos linguísticos*, 31(1), 91-106.
- Orlandi, E. P. (1998). Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, 1(1), 73-81.
- Partido Democrático Trabalhista [PDT]. *Carta-testamento de Getúlio Vargas: 63 anos de um marco nacional*. Recuperado de <http://www.pdt.org.br/index.php/carta-testamento-de-getulio-vargas-63-anos-de-um-marco-nacional/>.
- Pêcheux, M. (1997). Análise automática do discurso. In F. Gadet, & T. Hak (Org.), *Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (p. 61-161). Campinas, SP: Unicamp.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação - a nova retórica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Received on January 13, 2017.

Accepted on January 25, 2018.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.